

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.779.222 - DF (2020/0277126-5)

RELATOR : **MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**
AGRAVANTE : ANTONIO CESAR MAIA
ADVOGADOS : BRUNO LADEIRA JUNQUEIRA - DF040301
NATHANIEL VICTOR MONTEIRO DE LIMA - DF039473
KALLYDE CAVALCANTI MACEDO - MG140676
MARIA DÉ CARLI ZISMAN - DF056340
LEANDRO DE CARVALHO SOUZA - BA038629
THIAGO SIQUEIRA BAZILIO DE SOUZA - DF054650
AGRAVADO : BRB BANCO DE BRASILIA SA
ADVOGADO : GIZA HELENA COELHO E OUTRO(S) - SP166349

DECISÃO

Cuida-se de agravo apresentado por ANTONIO CESAR MAIA contra a decisão que não admitiu seu recurso especial.

O apelo nobre, fundamentado no artigo 105, inciso III, alínea "a" da CF/88, visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS, assim resumido:

CIVIL E PROCESSO CIVIL AGRAVO DE INSTRUMENTO
EMBARGOS À EXECUÇÃO ATRIBUIÇÃO DE EFEITO
SUSPENSIVO REQUISITOS ART 919 §1 CPC AUSÊNCIA
RECURSO IMPROVIDO

Alega o recorrente violação do art. 919, § 1º, do CPC, defendendo estarem presentes os requisitos da tutela provisória para a concessão de efeito suspensivo aos embargos à execução, trazendo os seguintes argumentos:

Conforme já destacado no agravo de instrumento, os requisitos para a concessão da tutela provisória foram devidamente comprovados. Isso porque, o prosseguimento da execução poderá acarretar uma possível penhora dos bens do Recorrente, a fim de satisfazer o débito perseguido pelo Recorrido, e consequentemente, a sua alienação em hasta pública.

Além do mais, o valor da Execução ainda é considerado controverso, haja vista que foi calculado com aplicação de multa abusiva. Sendo assim, resta mais do que claro a probabilidade do direito do Recorrente.

Dessa forma, caso o efeito suspensivo não seja concedido, o Recorrente estará sujeito a ter prejuízos diante de uma execução respaldada em valores exorbitantes. Ademais, salienta-se que a realização da penhora sobre os bens do Recorrente irá levá-lo ao total e completo estado de insolvência civil, o que, para fins de um processo ilíquido, viola os mais profundos direitos de

dignidade humana e devido processo legal. (fls. 161).

Necessário, assim, provimento judicial de concessão de efeito suspensivo no agravo de instrumento, ante a possibilidade de dano irreparável ou de difícil reparação, haja vista que o prosseguimento da execução poderá implicar na indevida penhora dos bens do Recorrente. Ademais, ficou provado em sede de cognição sumária a existência do fumus boni iuris e, assim como já foi aventado, o periculum in mora. (fls. 162).

É, no essencial, o relatório. Decido.

Na espécie, o Tribunal de origem se manifestou nos seguintes termos:

Como regra, os embargos à execução não têm efeito suspensivo. É o que prevê o do art. 919 do caput CPC.

Entretanto, o §1º do referido dispositivo ressalva que “O juiz poderá, a requerimento do embargante, atribuir efeito suspensivo aos embargos quando verificados os requisitos para a concessão da tutela . provisória e desde que a execução já esteja garantida por penhora, depósito ou caução suficientes” Logo, para que seja concedido o efeito suspensivo, são necessários três requisitos: fundamentação relevante, receio de grave dano de difícil ou incerta reparação e garantia suficiente da execução por penhora, depósito ou caução.

Por se tratar de requisitos cumulativos, a concessão de efeito suspensivo deve observar, no caso concreto, o preenchimento de todos eles. Isso porque irá refletir no exercício do direito de crédito, obstando a realização de atos expropriatórios. Justamente por essa razão, é que tal medida constitui exceção e não a regra.

Nesse sentido, destacam-se os seguintes precedentes desta Corte de Justiça: (...) (fl. 136)

Na hipótese, o agravante não demonstrou qualquer penhora realizada sobre seu patrimônio, muito menos trouxe prova de depósito ou caução suficiente para assegurar a execução.

Correta, portanto, a decisão recorrida, que indeferiu, por ora, a concessão de efeito suspensivo aos embargos à execução. (fl. 137)

Assim, incide o óbice da Súmula n. 7 do STJ (“A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial”), uma vez que o acolhimento da pretensão recursal demandaria o reexame do acervo fático-probatório juntado aos autos.

Nesse sentido: “O recurso especial não será cabível quando a análise da pretensão recursal exigir o reexame do quadro fático-probatório, sendo vedada a modificação das premissas fáticas firmadas nas instâncias

Superior Tribunal de Justiça

ordinárias na via eleita (Súmula n. 7/STJ)”. (AgRg no REsp 1.773.075/SP, relator Ministro Felix Fischer, Quinta Turma, DJe 7/3/2019.)

Confirmam-se ainda os seguintes precedentes: AgInt no AREsp 1.679.153/SP, relator Ministro Marco Aurélio Bellizze, Terceira Turma, DJe de 1/9/2020; AgInt no REsp 1.846.908/RJ, relator Ministro Antonio Carlos Ferreira, Quarta Turma, DJe de 31/8/2020; AgInt no AREsp 1.581.363/RN, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe de 21/8/2020; e AgInt nos EDcl no REsp 1.848.786/SP, relator Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, DJe de 3/8/2020.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente